

16º Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP - 2025

INFÂNCIAS NEGRAS E ESCOLARIZAÇÃO NO SÉCULO XIX E XX: ANÁLISE ENTRE A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL DA CRIANÇA E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

JONATAN S. D. ALVES¹

¹ Mestrando em Educação Escolar, UNESP, Campus Araraquara, jonatan.alves@unesp.br.
Área de conhecimento (Tabela CNPq): 7.05.05.00-4 História do Brasil

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar como a construção histórica da infância no Brasil pós-abolição foi atravessada por critérios raciais que negaram às crianças negras o acesso à escolarização e à cidadania plena. A pergunta central que orienta a pesquisa é: de que maneira os discursos e práticas institucionais produziram a exclusão das infâncias negras da escola e da sociedade no período pós-abolição e como esse legado se manifesta nos dias atuais? A pesquisa é de natureza qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram mobilizados autores como Ariès, Sarmento, Vygotsky, Foucault e Mbembe, além de fontes históricas como jornais do final do século XIX (O Paiz e outros periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital) e dados contemporâneos sobre violência contra jovens negros (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Os resultados parciais indicam que a exclusão das crianças negras da escola não pode ser atribuída apenas a fatores socioeconômicos, mas sim a um projeto político e institucional de normatização racial. Conclui-se que a escola tem papel central na superação do racismo estrutural e na valorização das trajetórias negras, reconhecendo a diversidade das infâncias.

PALAVRAS-CHAVE: infância negra; pós-abolição; escolarização; racismo estrutural; exclusão.

BLACK CHILDHOODS AND SCHOOLING IN THE 19TH AND 20TH CENTURIES: AN ANALYSIS OF THE HISTORICAL-CULTURAL CONSTRUCTION OF THE CHILD AND THE CHALLENGES OF EDUCATION IN BRAZIL

ABSTRACT: This paper aims to analyze how the historical construction of childhood in post-abolition Brazil was crossed by racial criteria that denied Black children access to schooling and full citizenship. The central research question is: how did discourses and institutional practices produce the exclusion of Black childhoods from school and society in the post-abolition period, and how does this legacy manifest today? The research is qualitative, based on bibliographic review and documentary analysis. Authors such as Ariès, Sarmento, Vygotsky, Foucault, and Mbembe were mobilized, in addition to historical sources such as late 19th-century newspapers (O Paiz and others available in the Hemeroteca Digital) and contemporary data on violence against Black youth (Brazilian Forum on Public Security, 2023). Partial results indicate that the exclusion of Black children from schooling cannot be explained only by socioeconomic factors, but rather as part of a political and institutional project of racial normalization. It is concluded that schools play a central role in overcoming structural racism and valuing Black trajectories, recognizing the diversity of childhoods.

KEYWORDS: black childhood; post-abolition; schooling; structural racism; exclusion.

INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga como a construção histórica da infância, atravessada por marcadores como raça, classe e gênero, operou para invisibilizar e excluir crianças negras dos processos de escolarização no Brasil pós-abolição. A partir de autores como Ariès (1986), Sarmento (2007), Vygotsky (apud Oliveira, 1993), Foucault (1988) e Mbembe (2018), analisa-se como o conceito moderno de infância foi seletivamente aplicado, privilegiando crianças brancas e burguesas. Utilizam-se como base fontes históricas da época, como os jornais *O Paiz* (1888a; 1888b) e outros disponíveis na Hemeroteca Digital, e dados contemporâneos sobre a violência contra jovens negros (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Parte-se da hipótese de que a exclusão da infância negra da escola e da cidadania plena não decorreu apenas de fatores socioeconômicos, mas foi resultado de um projeto institucional de normatização social, racial e disciplinar (Patto, 1999; Rizzini, 2011; Faleiros, 2011; Barros, 2005). O conceito de infâncias negras é compreendido aqui como a experiência histórica e socialmente construída das crianças negras, atravessada por processos de racismo estrutural, mas também por estratégias de resistência e produção de cultura (Gomes, 2003; Mbembe, 2018).

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa é de natureza qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise de fontes históricas. Foram mobilizados autores da história social da infância, dos estudos sociais da infância, da psicologia histórico-cultural e da filosofia política. Entre as fontes primárias, utilizaram-se jornais do final do século XIX disponíveis na Hemeroteca Digital, com destaque para *O Paiz* (RJ), além de outros periódicos que registraram debates sobre a infância no período pós-abolição. Os critérios de seleção das fontes consideraram a relevância dos periódicos na formação da opinião pública da época e a presença de discursos sobre educação e infância. A análise foi organizada em categorias temáticas: (1) discursos oficiais sobre liberdade e infância; (2) práticas institucionais de exclusão escolar; (3) estratégias de resistência das crianças negras. Os dados contemporâneos, como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), foram utilizados em perspectiva comparativa, permitindo relacionar a persistência da exclusão histórica com formas atuais de violência contra jovens negros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental e teórica permitiu constatar que o conceito moderno de infância, tal como formulado pelas elites intelectuais do século XIX, não contemplava de forma equitativa as crianças negras. Ao contrário, estas foram sistematicamente excluídas dos discursos institucionais e das políticas públicas educacionais. A exclusão da infância negra da escola não pode ser interpretada apenas como reflexo de condições socioeconômicas desfavoráveis, mas como parte de um projeto político e ideológico de normatização racial e social (Patto, 1999; Rizzini, 2011).

As fontes históricas, como os registros do jornal *O Paiz* (1888), revelam discursos oficiais de celebração da liberdade, contrastando com a realidade concreta de abandono institucional vivido pelas crianças negras. A promulgação da Lei do Ventre Livre (1871) e da Lei Áurea (1888), embora simbolicamente importantes, não foram acompanhadas de políticas efetivas de inclusão educacional, perpetuando a marginalização dessa população.

O conceito de biopoder de Foucault (1988) e o de necropolítica de Mbembe (2018) oferecem instrumentos analíticos para compreender como o Estado brasileiro operou — e ainda opera — a seletividade de vidas que merecem proteção e aquelas consideradas descartáveis. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) mostram que jovens negros seguem sendo os principais alvos da violência letal do Estado, evidenciando a persistência de uma lógica de exclusão que remonta ao pós-abolição.

Outro resultado importante é que, mesmo diante da exclusão institucional, as infâncias negras não foram passivas. Crianças negras criaram formas próprias de viver, brincar, aprender e resistir, estabelecendo territórios de socialização e produção cultural fora da escola (Vasconcellos, 2007). Esses espaços de resistência, embora invisibilizados nos registros oficiais, revelam a potência criadora da infância negra e sua capacidade de ressignificar o mundo.

As contribuições de Ariès (1986) e Sarmento (2007) são centrais para compreender que a infância é uma categoria histórica e socialmente construída. No Brasil, esse conceito foi marcado por

seletividade racial, de modo que a infância plena foi reconhecida apenas às crianças brancas, enquanto as crianças negras foram vistas como mão de obra, objeto de tutela ou ameaça à ordem.

Por fim, os dados sugerem que o legado da exclusão das infâncias negras persiste nas estruturas educacionais contemporâneas, onde o racismo institucional ainda se manifesta por meio de práticas discriminatórias, fracasso escolar seletivo e negação simbólica de uma infância plena às crianças negras. Assim, a escola atual, ao não reconhecer a diversidade e a história da população negra, corre o risco de reproduzir mecanismos de marginalização identificados desde o pós-abolição.

CONCLUSÕES

Os resultados evidenciam que a exclusão das crianças negras da escolarização no Brasil pós-abolição não foi um desdobramento accidental ou meramente econômico, mas consequência direta de um projeto político de construção social da infância atravessado por critérios raciais. Ao confrontar os objetivos deste trabalho — investigar como os discursos sobre infância sustentaram práticas de exclusão racial — com os dados históricos e teóricos analisados, confirma-se que a infância negra foi sistematicamente negada como sujeito de direitos, relegada a espaços de invisibilidade e repressão.

A articulação entre o conceito moderno de infância e os dispositivos de poder nas instituições educacionais demonstra que o racismo não apenas definiu quem poderia acessar a escola, mas também moldou o próprio entendimento do que é ser criança. Constatou-se, ao mesmo tempo, que as infâncias negras resistiram criativamente, desafiando normativas institucionais e produzindo formas alternativas de viver e significar a infância.

A análise permite reafirmar a necessidade de revisão crítica das práticas pedagógicas e políticas educacionais, de modo que reconheçam e enfrentem o legado histórico da exclusão racial. A escola contemporânea, ao valorizar a centralidade das infâncias negras em sua diversidade, pode tornar-se um espaço de reparação histórica e afirmação de direitos, rompendo com a lógica de marginalização persistente desde o século XIX.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do XX. In: ROMÃO, Jeruse (org.). *História da educação do negro e outras histórias*. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 79–92.

FALEIROS, Eva Terezinha Silveira. A criança e o adolescente: objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2011.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023: infográficos*. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 04 jun. 2025.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary del (org.). *História das crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167–182, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da*

morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MINELLA, Luzinete Simões. Papéis sexuais e hierarquias de gênero na história social sobre infância no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 289–327, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/79tWfh8h566V6S655FBM95K/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 225–287.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século XX. In: PRIORE, Mary del (org.). *História das crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 210–230.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de; SARMENTO, Manuel Jacinto (orgs.). *Infância (in)visível*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2007. p. 25–49.

VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. Apresentação: infâncias e crianças visíveis. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (orgs.). *Infância (in)visível*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2007. p. 7–24.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.